

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - DOUTORADO

**A SAÚDE DO PROFESSOR NO CONTEXTO DAS
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO**

JUSCELINO POLONIAL

GOIÂNIA, 10 DE OUTUBRO DE 2014.

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho, apesar de ser vital na produção da riqueza da sociedade, e fundamental para a formação da identidade humana, pode estar adoecendo os trabalhadores, afetando negativamente a sua qualidade de vida e, como afirma Christophe Dejours (1988), colocando em perigo a sua saúde mental. Talvez porque o capitalismo atual seja um sistema ilegível, flexível, como afirma Richard Sennett (2007) e “é bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir.” (p.9).

Mas parece que essa história do trabalhador ficar doente e esse fato estar relacionado com o seu trabalho, vem de longe, talvez com outra roupagem, e está mais nitidamente ligada às origens da Revolução Industrial no século XVIII, quando a exploração do trabalho pelo capital ganhou dimensões inéditas.

Em 1845, quando Friedrich Engels (1820-1895) publicou o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, depois de extenso trabalho de pesquisa, desnudou o discurso burguês de origem smithiana de que o capitalismo beneficiara os produtores da riqueza. O livro foi dedicado aos trabalhadores, justificando o autor que:

Queria conhecer-vos nas vossas casas, observar-vos na vossa existência cotidiana, falar das vossas condições de vida e dos vossos sofrimentos, testemunhar as vossas lutas contra o poder social e político dos vossos opressores. (1986, p.3)

Os relatos da pesquisa mostram a indignação do autor com as péssimas condições de vida e de trabalho da classe operária inglesa. Mais tarde, em 1848 com publicação do Manifesto Comunista, juntamente com Karl Marx (1818-1883), Engels voltaria a manifestar essa inquietação, ao afirmar que a burguesia passou a explorar o trabalhador de forma “aberta, cínica, direta e brutal” (p.367), o que justifica a organização do proletariado para buscar a sua autonomia política, econômica e social.

Respaldadas pelas ideias de Engels e Marx, a luta dos trabalhadores e a sua relação com o capital foram vistas na condição como elas se apresentam, ou seja, do conflito, e não mais da cooperação ou da submissão, como estava dado para a classe operária via ideologia burguesa. Pressionado, o capital teve que ceder e com o tempo as conquistas vieram da luta, melhorando as condições objetivas de sobrevivência. Sobre isso, como afirma Dejours: “a evolução das condições de vida e trabalho e, portanto, de saúde dos trabalhadores não pode ser dissociada do desenvolvimento das lutas e das reivindicações operária em geral.” (1988, p.13).

Nas origens da Revolução Industrial, o trabalhador chegava a trabalhar até 16 horas por dia e crianças de menos de dez anos eram vistas aos montes pelas fábricas insalubres do Velho Mundo. Como consequência dessa dura realidade, grande parte

desses trabalhadores está, “aos 40 anos, incapacitada de trabalhar.” (Engels, 1986, p.182).

Era uma exploração explícita, a mais-valia absoluta, tanto em relação ao tempo de trabalho, quanto em relação à remuneração recebida. No entanto, com o avanço da tecnologia, o capital foi aperfeiçoando as suas formas de exploração, diminuindo o tempo de trabalho, mas aumentando na produtividade no processo de produção de mercadorias, evoluindo para a mais-valia relativa. Na verdade, assistimos à passagem de uma precarização do trabalho para a intensificação do mesmo, mas em ambos, a extração de mais-valor sendo central para a sobrevivência do capital.

Depois de dois séculos de lutas dos trabalhadores, as condições de vida e trabalho para certas categorias profissionais melhoraram, pelos menos em alguns países capitalistas avançados e até mesmo em países periféricos como o Brasil, com a publicação da legislação trabalhista, pelo menos para certas categorias de trabalhadores urbanos. Não trabalhamos mais do que oito horas semanais, temos direitos de férias remuneradas, previdência social, aposentadoria, estabilidade no emprego público. Para o setor privado o trabalhador tem o FGTS, uma garantia em caso de demissão. Ou seja, hoje, pelo menos para alguns setores da economia, existe proteção trabalhista mínima, fato inexistente nas origens da Revolução Industrial.

No entanto, o capital continua a explorar o trabalho com toda a sua voracidade, talvez hoje de uma forma mais sutil, porém não menos competente na extração da mais-valia, consolidando uma dominação mais no aspecto subjetivo e afetivo. Na fase atual do capitalismo, com a informatização global, o trabalhador já não trabalha 16 horas por dia, mas por outro lado não tem tempo certo de trabalho, porque pode estar em qualquer lugar a qualquer tempo desenvolvendo a sua atividade profissional. É possível que ele não sinta dessa forma, afinal está fazendo parte de uma família, a empresa é “dele” e ele se sente compromissando com essa nova realidade pós-moderna. No entanto, esse mais-trabalho está deixando o trabalhador cada vez mais propício à doença.

Diante desse quadro, podemos afirmar que o trabalho hoje não está menos insalubre do que no século XVIII ou XIX, existindo uma relação próxima entre a intensificação e precarização do trabalho e o adoecimento do trabalhador. Esse processo também é visto no campo educacional com os professores. Pesquisas¹ apontam para o adoecimento docente, na medida em que ele precisa se adequar a um capitalismo cada vez mais agressivo, embora com discurso familiar na lógica toyotista.

¹ Francisco Lacaz (2010), no texto *Capitalismo Organizacional e Trabalho – a saúde do docente faz a relação entre o adoecimento do docente e a inserção da Universidade na competitividade neoliberal.*

II - A SAÚDE DO PROFESSOR NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

O sociólogo argentino Atílio Bóron afirma categoricamente que “a economia do final do século XX é conhecimento intensivo”. Com essa sentença ele reforça a tese da importância da educação como fator de desenvolvimento social e econômico de um país e conclui que “uma força de trabalho altamente educada, que goza de uma excelente atenção médica e possui uma estrutura social integrada” (1998, p.100), é fundamental para que um país se torne mais competitivo na atual fase do capitalismo, que ele categorizou como neoliberal, apesar desse modelo receber a seguinte crítica:

Não deixa de ser uma curiosa mostra de sucesso o fato de que as economias que são “saneadas” com o remédio neoliberal tenham mais pobres que nunca e a dívida social cresça de forma incontida. (p.102)

A ideia do sucesso apontada acima está na análise crítica ao neoliberalismo, que é um modelo gerador de pobreza. Concordando com o sociólogo argentino, Pierre Salama destaca que no campo da formação profissional, essa desigualdade é ainda mais gritante, principalmente entre os trabalhadores preparados para o mercado, ao afirmar que:

De modo geral, as desigualdades se acentuam entre trabalhadores qualificados e não qualificados, a informatização aumenta, o desemprego também, e os empregos nos setores expostos à concorrência internacional diminuem em termos percentuais. (1999, p.33)

Apesar das duras críticas desses autores ao neoliberalismo², em um ponto eles concordam: a educação pode ser um fator de geração de renda para os trabalhadores, principalmente em um momento de grande desenvolvimento tecnológico para potencialização da economia de mercado, embora, contraditoriamente, a educação seja, também, uma necessidade do capital para intensificar a extração de mais-valor da classe trabalhadora.

Deve ser por isso que as políticas públicas destinadas para o campo educacional sejam elas no plano federal, ou nos planos estaduais ou municipais, ou em conjunto com os diversos convênios entre os entes federativos tiveram um crescimento significativo no Brasil na década de 1990, período áureo do neoliberalismo no país.

Tendo relação direta com esse novo contexto educacional, foi aprovada a Lei de nº 9.394, de 1996, definindo as diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

2 O livro *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*, organizado por Emir Sader e Pablo Gentili, foi fruto de um seminário da UERJ em 1994 e critica o neoliberalismo, associando-o ao aumento da pobreza no sistema capitalista.

Nitidamente influenciada pelo discurso neoliberal hegemônico na época, estabeleceu uma legislação que privilegiasse a formação de um trabalhador voltado para a economia de mercado e para um mundo do trabalho em grandes mudanças, principalmente com a introdução das novas tecnologias informacionais. Nesse contexto, definiu, também, as seguintes atribuições aos professores:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

São atribuições que tem sobrecarregado o trabalho do professor, que se antes apenas estava envolvido com as suas atividades de sala de aula, agora ele extrapola, indo além dos muros da escola, quando lhe é atribuído o trabalho com a família e a comunidade.

É bom situar historicamente que a LDB foi aprovada no Congresso Nacional no auge do discurso neoliberal no Brasil, com a escola tendo que preparar o aluno para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por isso era necessário construir uma “nova” escola³, que atendesse à atual dinâmica e demanda do capitalismo na pós-modernidade, na lógica do neoliberalismo.

Independentemente da categorização que se queria dar à atual fase da economia de mercado, estamos convencidos de que, na perspectiva da totalidade, a educação deve integrar essa realidade colaborando para o seu “sucesso”, ou seja, formar um trabalhador que possa produzir cada vez mais em menos tempo, adaptando-o ao mundo do capital. Por isso, como destaca Heloani (2011), buscando ter melhor aproveitamento na relação entre o tempo gasto na produção das mercadorias, o trabalho propriamente dito e o resultado da produção, muitas corporações empresariais estão criando suas próprias universidades para preparar o trabalhador na sua lógica produtiva.

Nesse contexto, a escola regular, também envolvida pelo e no discurso que é o seu papel prepara o trabalhador para esse mercado em mudanças contínuas, tem exigido cada vez um professor também flexível e em tempo integral. Por isso acreditamos que o volume de programas e projetos que estão sendo desenvolvidos nas e para as escolas com o objetivo de adequá-la a esse “novo” capitalismo⁴, têm contribuindo para intensificar o trabalho docente, ou seja, o docente está trabalhando cada vez mais no mesmo espaço de tempo, fato potencializado pela introdução das novas tecnologias informacionais.

3 Sobre essa “nova” escola e como ela está intensificando e precarizando o trabalho docente e provocando o seu adoecimento, consultar o texto de Ada Assunção e Dalila Oliveira (2009).

4 David Harvey (2002), Richard Sennett (2007) e Nildo Viana (2009), Roberto Heloani (2011), fazem uma análise de “novo” capitalismo e como isso tem afetado a vida do trabalhador, tanto objetivamente, quanto subjetivamente.

Ao mesmo tempo, as mudanças recentes no mundo do trabalho com as transformações no capitalismo, exigindo um trabalhador mais flexível, tem precarizado⁵ o trabalho docente, com contratos precários de trabalho, salas de aulas lotadas e péssimas condições de trabalho. Como afirma Dias e Machado:

No que diz respeito ao trabalho docente, vem-se observando uma crescente precarização do trabalho desse profissional, além da flexibilização de suas tarefas e uma nova relação estabelecida com o tempo de trabalho.

A precarização do trabalho docente é definida articulando-se às novas formas de trabalho, cada vez mais desregulamentadas, tendo como principais características a redução de salários, diminuição dos direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, entre outras formas de exploração. Ela pode ser observada até mesmo nas grandes universidades públicas, onde proliferam as (sub) contratações temporárias de professores, pagos por hora aula ministrada em turma de graduação. (2009.p.9)

Com essa linha de análise, podemos trabalhar com a hipótese de que tanto a intensificação, quanto a precarização do trabalho do professor estariam contribuindo para o seu adoecimento.

Embora o trabalho seja central na vida do homem e da sociedade, afinal produz a sua riqueza, historicamente ele tem sido motivo de muito sofrimento para as pessoas por conta das várias formas de exploração a que tem sido submetido, notadamente na sociedade capitalista. Para o entendimento dessa afirmação, fizemos um levantamento empírico em duas escolas públicas estaduais de Anápolis, como se segue pelos relatos abaixo.

Na escola pública A, duas professoras estão afastadas por problemas de saúde desde 2011 e, pelo constatado, devem continuar em 2013. Os problemas emocionais foram decisivos para isso. A professora X, que é formada em Letras, conseguiu uma licença de 180 dias, que se iniciou em setembro de 2012, tendo que voltar agora em março de 2013, mas a direção da escola já informou que ela vai entrar com novo pedido de licença. O motivo, pelo menos dois elencados: um físico, hérnia de disco; e o outro psíquico, no campo emocional, com a professora tendo dificuldade no relacionamento com os alunos. Não foi possível entrevistar essa professora, mas informações da direção da escola dão conta de que ela não pretende mais voltar à sala de aula.

Com a professora Y o caso é mais grave. Formada em Ciências Sociais e Ciências Econômicas na década de 1980, a professora tem 27 anos de carreira, mas apenas 16 como professora, pois desde 2001 está apenas na parte administrativa, isso porque, segundo ela, perdeu o encanto com a educação. Em entrevista, ela afirma:

Em todo esse tempo como professora as salas sempre lotadas com até setenta alunos, uma superpopulação e aí a gente tem que corrigir os trabalhos de madrugada, sábado, domingo. A gente não descansa. Tem de fazer vários

⁵ Sobre a precarização do trabalho docente, consultar Bosi (2006) e Silveira (2012).

tipos de provas, porque ninguém te ajuda a vigiar os alunos e aí eles colam. Tudo isso vai cansando. Também fiquei decepcionada com os alunos, eles não têm interesse nas aulas. A gente prepara uma boa aula, mas não consegue atingir os objetivos. Acho que hoje o computador e o celular atrapalham muito. Tem aluno que passa cola de uma sala para a outra pelo celular. Eles falam em código e isso tem prejudicado a escrita. Eles não sabem mais o português.

O desabafo da professora é o seu desencantamento com a educação, por isso saiu da sala de aula há uma década e desde então convive com sucessivas licenças por questões emocionais. Igualmente à professora X, a professora Y não consegue mais se relacionar com os alunos. Ela entra em pânico quando tem contato com a sala de aula. Então, por decisão médica, ela está afastada das suas funções docentes e hoje trabalha na biblioteca da escola, é a chamada readaptação definitiva. No momento mais crítico, a professora Y passou três meses em um sanatório de Anápolis, sendo enquadrada como F29, ou seja, com as doenças de Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes, como estão no CID (Classificação Internacional de Doenças).

Perguntei à professora Y se ela ainda tinha vontade de um dia voltar para a sala de aula e ela, com um olhar triste disse que não. As várias reações da professora durante a nossa entrevista, que foi realizada no dia 25 de fevereiro de 2012 na escola pública A, mostra uma profissional descontente com a sua profissão e à espera da aposentadoria. Embora seja uma professora efetiva, com plano de carreira consolidado, a precarização está caracterizada quando a professora confirma o fato já conhecido de todos que são as salas de aulas lotadas; e a intensificação do seu trabalho está presente, quando ela relata que corrige os trabalhos e provas dos alunos até nos seus momentos de lazer, ou ser obrigada a fazer várias provas para evitar que um aluno copie a prova do outro. Ao final da nossa conversa, perguntei à professora Y, se ela acha que o seu adoecimento está relacionado com a sua prática profissional. Ela respondeu que sim e concluiu: “é muita pressão sobre o professor, então a gente fica sempre na corda bamba e uma hora a corda arrebenta”.

Nessa escola pública pesquisada, as duas professoras hoje de licença são por motivos emocionais, embora a professora X também tenha um problema físico. A professora Y foi readaptada de forma definitiva, ou seja, ela não poderá mais exercer a sua função de professora, diferentemente da professora X, que ainda pode de voltar a trabalhar em sala de aula, já que a sua readaptação é temporária, porém, podendo se tornar definitiva, caso a professora não consiga mais exercer a sua atividade docente, o que parece que vai acontecer, segundo impressão da direção da escola.

Na escola pública estadual B, seis professoras conseguiram licença médica em 2012, sendo que três delas por motivos emocionais. As docentes mostraram certa resistência em dar entrevista, mas em conversa com a coordenação e secretaria da escola, recebemos a informação de que essas três professoras estão com depressão e alegam não ter condições de voltar para a sala de aula. O secretário da escola disse que o caso de uma professora em particular é mais grave e ele não acredita que a mesma vá retornar para as suas atividades docentes. O importante a destacar nessa escola é que 50,0% dos professores afastados por licença médica o foram por motivos emocionais, com o exercício da prática docente colaborando para isso.

Essas situações concretas passam pelo entendimento das recentes mudanças no mundo do capital e que tem precarizado e intensificado o trabalho na sua totalidade e, particularmente ao que nos interessa aqui, o trabalho do professor. Essas mudanças podem ser notadas em todas as instâncias da sociedade, como afirma Harvey (2002):

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.(p.117).

A sutileza na exploração do trabalho levou à construção de novas categorias para delimitar determinada realidade. Nesse sentido, buscando diluir o conflito entre as classes sociais, uma nova linguagem vem sendo construída para se adequar a uma realidade específica no atual mundo flexível do trabalho: o trabalhador deixou de ser o operário para ser o colaborador, o parceiro, enquanto que o patrão passou a ser o gestor. Constroem-se a ideia de que ambos buscam o mesmo objetivo final: um produto de qualidade para o consumidor, visando atender a sua satisfação pessoal. Tudo isso em um trabalho de equipe, formando uma grande família, todos vivendo em um mundo de liberdade. É uma forma eficiente de controle do capital sobre o trabalho, que “... envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de representação, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (Harvey, 2002, p.119).

Nesse cenário, parece que não existe o conflito social no processo produtivo, com o trabalho e capital podendo caminhar unidos para o bem coletivo. É a dominação simbólica pela linguagem, como relata Roberto Heloani (2011), uma manipulação psicológica do trabalho, buscando a subordinação afetiva e subjetiva do trabalhador, para inibir a sua maturidade política. Esse processo acontece primeiro no setor produtivo, mas na perspectiva da totalidade, ele atinge todas as instituições sociais e a educação passa a conviver com essa nova roupagem do capitalismo, que alguns definem como toyotismo, que, como afirma Giovanni Alves, o diferencia do capitalismo fordista pela “captura da subjetividade operária” (p.34), fazendo com que o trabalhador esteja mais compromissado com o seu trabalho⁶.

No entanto, enquanto o capital busca minimizar o conflito estabelecido no mundo real, por mecanismos simbólicos e subjetivos, a realidade nos mostra uma exploração cada vez maior sofisticada e sutil do trabalhador, que muitas vezes passa despercebida no campo das ideias, embora ele sinta o seu trabalho cada vez mais precário e intenso.

Esse relato introdutório parece o início de uma história romanceada no estilo ficcional, onde todos viverão felizes para sempre. Porém, se entendermos que a

6 Braverman (1977), Harvey (2002) e Heloani (2011), destacam esse aspecto psicológico da dominação do capital sobre o trabalho, sendo esse o diferencial do toyotismo no controle do trabalhador no atual contexto da economia de mercado.

produção capitalista é, por natureza, um processo de extração de mais-valia e que o capital expropria o trabalho, então, por mais que a linguagem possa ter mudado, o trabalho continua sendo explorado pelo capital. O que tem de novidade é a forma como esse processo está sendo desenvolvido na sociedade pós-fordista, toyotista, ou flexível. O que tem acontecido, na verdade, de acordo com Braverman (1977) é a degradação do trabalho, tanto pela crise do capital, quanto pela introdução de novas tecnologias, pois “a ciência é a última - e depois do trabalho a mais importante - propriedade social a converter-se num auxiliar do capital.” (p.138).

Isso porque no capitalismo, independentemente do setor produtivo, o tempo é fundamental na produção de mais-valor. Assim, a ciência é mais um elemento que favorece a acumulação do capital e assim como a técnica e a maquinaria, todas não foram colocadas para aliviar o trabalho, mas para favorecer o capital, inclusive politicamente, (Braverman, 1977).

Tomando o trabalho do professor como exemplo, constatamos tanto a intensificação, quanto a precarização do trabalho docente relacionado com as novas demandas da educação para atender as novas necessidades da economia de mercado no mundo pós-moderno, com os relatos oriundos de várias regiões do Brasil. No Rio Grande do Sul, os sindicatos patronais e dos professores, SINEPE E SINPRO, respectivamente, reuniram em março de 2012, com a mediação do Ministério Público do Trabalho para discutir “... o excesso de trabalho a que são submetidos os professores no ensino privado”. (Revista Conteúdo, nº 14, p.27).

Já na Paraíba a denúncia é contra o produtivismo nas universidades federais, que obriga o professor à produção de artigos em quantidade em um tempo reduzido, o que, na visão dos professores, gera trabalhos superficiais, sem uma maturação devida para um trabalho acadêmico. É apenas uma questão de quantidade para colocar nos relatórios, não tendo, necessariamente, enriquecimento científico.

Seja na rede pública ou na rede privada, os professores têm sido submetidos, cada vez mais a um aumento da sua jornada de trabalho, seja na escola ou fora dela, situação intensificada pelo uso de novas tecnologias, desmentindo aqueles que defendiam a tese de que a era da informatização colaboraria para melhoria das condições de trabalho. Marx já havia alertado para esse fato no século XIX no livro O Capital, pois “a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas.” (1983, p.391).

Apesar do trabalho extra por conta da introdução dessas tecnologias, “... o salário continua o mesmo e a carga de trabalho cada vez maior e a saúde e a vida familiar e social dos trabalhadores em educação têm sido prejudicadas.” (Revista Conteúdo, nº 16, p.19).

Contra essa condição, o SINRPO-RS realizou uma greve no domingo, um ato simbólico e político ao mesmo tempo, como forma de protestar contra esse mais trabalho e o que é pior, sem remuneração. Para proteger o trabalhador dessa nova forma de exploração via tecnologia, foi aprovada a Lei 12.551 de 15.12.2011, que regulamenta o Teletrabalho, mas que, infelizmente, ainda não chega ao professor.

É consenso que as novas tecnologias têm sobrecarregado o trabalho do professor, pois além das atividades presenciais nas escolas, seja ela pública ou privada,

o docente tem feito longas jornadas fora do seu local de trabalho sem receber nada mais por isso. Campanhas dos sindicatos dos professores pelo Brasil apontam para esses problemas e denunciam:

O fato de muitas instituições de ensino pressionar os professores para que produzam conteúdos para os websites das escolas, para que mantenham blogs, fóruns e chats para trocar informações com os alunos, para que respondam e-mails com atendimento individualizado a qualquer tempo, ou seja, atividades que ultrapassam a carga-horária contratada. Fazendo com que, de certa forma, os docentes estejam disponíveis para trabalhar o tempo todo. (Revista conteúdo, nº 16, p.26).

Esse processo é o que nós chamamos de intensificação do trabalho docente, assim definido por Sadi Dal Rosso: “é quando a jornada de trabalho permanece a mesma, mas há um aumento do número de atividades feitas no mesmo período.” (informANDES, P.07).

Estamos convencidos de que a tecnologia não melhorou a vida do trabalhador, ao contrário, aumentou a “pressão para que ele produza mais em menos tempo” (p.06), provocando novas doenças ocupacionais, para aqueles que conseguem garantir o emprego; além de provocar o desemprego estrutural para uma parcela significativa da classe trabalhadora que é excluída do mercado formal de trabalho.

No campo específico da educação, estatísticas apontam que o trabalhador em educação está adoecendo cada vez mais, principalmente com doenças de cunho emocional e mental, porque até os seus poucos momentos de lazer estão sendo ocupados pelo seu trabalho docente devido à facilidade no uso das novas tecnologias.

Alguns estudos acadêmicos, no Brasil e no exterior, apontam para o adoecimento do professor em relação direta com o exercício do seu trabalho. As doutoras, Ada Assunção e Dalila Oliveira, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professoras do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na Instituição, publicaram um artigo em 2009 na revista Educação & Sociedade, relacionando a intensificação do trabalho docente e o seu adoecimento. Nessa pesquisa, 15,3% dos afastamentos dos docentes é por doenças mentais e comportamentais, o maior índice entre as outras categorias de afastamento.

A educação sempre foi vista como a possibilidade de mobilidade social, podendo diminuir as diferenças sociais. Com essa perspectiva, diversas políticas educacionais desenvolvidas após a década de 1990, principalmente após a publicação da atual LDB, tem sobrecarregado o trabalho do professor, situação explícita com o aumento de 180 para 200 dias letivos. Esse quadro foi intensificado com a introdução das novas tecnologias também no campo educacional. O professor agora trabalha em tempo integral e quando afirmamos isso, incluímos os momentos de folga e lazer,

quando o docente, com o seu computador, está sempre resolvendo alguma questão da sua atividade profissional.

Esse quadro tem intensificado o trabalho docente e provocado o seu adoecimento, como constatamos no nosso trabalho empírico nas escolas públicas estaduais de Anápolis. Fato também detectado na pesquisa das professoras da UFMG citada acima, com a nova realidade educacional aumentando as demandas na escola, além da massificação do ensino que tem intensificado esse quadro. Com isso, o trabalho do professor foi ampliado, indo além da sala de aula, dilatando as suas funções, como está na legislação educacional, redefinindo as suas tarefas, como afirmam Assunção e Oliveira:

Executar outras tarefas durante o curso da ação principal, atender ao aluno individualmente e controlar a turma coletivamente e preencher múltiplos instrumentos e formulários de controle são dimensões da intensificação do trabalho que implicam regular na urgência. Situação de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental do docente. (2009, p.361)

Além do aumento do tempo de trabalho e das tarefas do professor no cotidiano da escola, a quantidade de alunos é outro fator estressante para o docente. Na pesquisa, uma professora relata que tem 170 alunos no ensino básico e que corrige as tarefas até dentro do ônibus, ou em qualquer tempo livre, para dar conta do trabalho. Esse fato provoca o rápido esgotamento do professor, que é afetado tanto objetivamente, no trabalho real, quanto subjetivamente, na concepção do seu trabalho. Esse relato nós detectamos na entrevista com a professora Y na escola pública A de Anápolis

Embora todas essas mudanças estejam acontecendo no capitalismo e, particularmente no mundo do trabalho, exigindo cada vez mais a dedicação e comprometimento, seja do trabalhador em geral, ou do docente em particular, do ponto de vista salarial, que seria um fator compensatório, a realidade é crítica, pois os salários dos professores estão muito aquém dos salários de outras profissões que exigem o ensino superior.

De acordo com pesquisada realizada pelos professores Alves e Pinto (2011), o docente do ensino básico, que pela Lei 9.394 de 1996, só pode exercer a sua atividade profissional após cursar alguma licenciatura, ocupa o 27º lugar na questão salarial entre profissionais de nível superior, de um total de 32 profissões comparadas. Portanto, é uma atividade profissional mal remunerada e desprestigiada tanto na rede pública, quanto na rede privada, embora nesta, a situação seja pior.

Uma rápida comparação salarial dos professores do ensino básico pode comprovar essa afirmação: primeiro que o professor da rede pública não trabalha 40 horas em sala de aula, pois que ele tem um plano de cargos e salários que lhe garante uma carga horária para atividades fora da sala de aula, condição inexistente no setor privado. Para um professor com mestrado que acabou de chegar, via concurso, no setor público, ele receberia, por 40 horas, os seguintes valores em reais, isso no ano de 2010: no Instituto Federal Goiás: 2.782,97; na Rede Pública Municipal de Anápolis: 2.510,93; na Rede Pública Estadual: 2.018,86. Um professor com 40 horas na rede privada em Anápolis, por não ter um plano de cargos e salários que estabeleça uma diferença entre

o salário de um graduado e de um pós-graduado, todos tem a mesma remuneração inicial de R\$ 1.239,00, definido em convenção coletiva assinada pelos sindicatos.

Embora a pesquisa tenha destacado apenas a categoria da remuneração para mostrar o desprestígio da profissão docente, os autores apontam outros aspectos que revelam esse dado como: longas jornadas de trabalho para dar conta de um salário melhor, dificuldades na formação continuada e muitas vezes não valorizada, principalmente na rede privada e o não cumprimento dos planos de carreira, mesmo que muitas vezes já tenha sido acordado entre patrões e empregados. São todos fatores estressantes para o docente e que também podem estar contribuindo para o seu adoecimento.

É um equívoco achar que a educação sozinha vai resolver os problemas sociais e econômicos do país, pois agindo assim perdemos a noção do conjunto social na totalidade do sistema. O professor não é o único responsável pelo processo educacional e pensar assim é de uma violência contra esse profissional, que não suportando a carga imposta, muitas vezes ele adocece. A educação virou a panaceia para os problemas sociais do país e isso é mais um fator de pressão sobre os professores, inclusive com muitos docentes assimilando esse discurso, o que potencializa a pressão sobre o seu trabalho, sendo mais um fator do seu adoecimento.

Como relatado na pesquisa de Assunção e Oliveira (2009), os problemas concretos na escola, como a violência, salas de aulas lotadas, falta de interesse dos alunos, condições físicas da unidade escolar, a burocracia do Estado que dificultam ações na escola, além dos aspectos afetivos, físicos e cognitivos dos alunos, tudo isso não depende necessariamente do professor, mas de profissionais específicos e qualificados para cada setor. No entanto, essa realidade considerada hostil pelo próprio docente, afeta a sua subjetividade, e pode provocar o seu adoecimento, em geral por motivação emocional ou mental. Sobre isso afirmam as pesquisadoras:

As manifestações sintomáticas variam desde um sentimento de insatisfação e frustração chegando até uma angústia difusa e um profundo sentimento de culpa e impotência... O professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e estaria mais susceptível ao adoecimento. (p. 363)

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das grandes mudanças ocorridas no capitalismo nas últimas décadas dentro de um contexto histórico denominado de pós-modernidade, tanto no plano objetivo, com a introdução de tecnologias no setor de produção, aumentando a produtividade do capital, quanto no plano subjetivo, induzindo o trabalhador a pensar que é parte de uma grande família com os mesmos objetivos dos donos dos meios de produção, de concreto temos que o trabalho está cada vez mais explorado pelo capital. Como afirma Nildo Viana (2009), o capitalismo, independentemente das suas várias fases, tem como ponto central extrair mais-valor do trabalhador, controlando o seu tempo de trabalho.

Essa realidade também chegou ao campo educacional. Cada vez mais as instituições de ensino, das básicas às de nível superior, seja no setor público ou privado, estão controlando o tempo do professor com atividades tanto na escola como fora dela, sobrecarregando o trabalho docente.

Em 23 anos de magistério, participei de parte do que foi relatado nesse artigo como, por exemplo, trabalhar em salas de aulas lotadas. Lembro-me de uma aula em um cursinho de um colégio renomado nacionalmente que tinha uns 150 alunos. No ensino superior não foi diferente, pois já ministrei aula com 120 alunos em sala de aula. É o que podemos chamar de precarização do trabalho, pois não exista a possibilidade de um melhor aproveitamento pedagógico em um ambiente tão hostil, o que afeta o lado emocional, pois no fundo o professor sabe que o seu trabalho não está sendo bem feito.

Em outro momento de exercício do magistério, por vários anos trabalhei de forma precária em uma instituição pública de ensino superior em Goiás, sempre com contrato precário, fazendo as mesmas atividades dos professores efetivos, mas recebendo um salário menor, fato também constatado em outras regiões do Brasil. São situações concretas que abalam o lado emocional do docente, com muitos professores passando a desacreditar da sua atividade profissional e isso pode estar comprometendo a sua saúde.

Nessa linha de raciocínio, as pesquisas apresentadas por nós nesse artigo como de Assunção e Oliveira (2009), Alves e Pinto (2011), Dias e Machado (2009), Lacaz (2010) e Silveira (2012), dentre outras, embora umas destacando a precarização do trabalho docente, outras a intensificação da sua atividade profissional, ou até mesmo as duas situações ao mesmo tempo, mostraram que esse quadro tem colaborado para o adoecimento do professor.

O nosso trabalho de campo realizado em Anápolis em duas escolas públicas, confirmou os dados apresentados pelas pesquisas relacionadas acima. Muitos professores afastados por licença médica acusam o cotidiano do seu exercício profissional como principal fator motivador do seu afastamento.

Portanto, embora o discurso hegemônico na sociedade pós-moderna seja o da colaboração, com a formação da grande família no local de trabalho em benefício de todos, com o objetivo de envolver o trabalhador no aspecto afetivo, compromissando-o

com o seu trabalho, no mundo real ele está cada vez mais explorado, seja com a precarização ou com intensificação do seu trabalho.

Essa realidade também está consolidada no campo educacional, pois está integrado na totalidade do sistema capitalista, na economia de mercado. Pelo que constatamos na teoria e no trabalho empírico, esta realidade está contribuindo para o adoecimento do professor.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. *Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v.41, n. 143, ago.2011. p. 606-639.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVERA, Dalila Andrade. *Intensificação do trabalho e saúde dos professores*. Revista Educação & Sociedade. Campinas: vol.30, n 107, p. 349-372, maio/ago 2009, disponível em www.cedes.unicamp.br, acesso em 18 out 2012.

BORÓN, Atílio. *A Sociedade Civil depois do dilúvio Neoliberal*. In Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado democrático. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 63-118.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007 1503 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista. – A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DIAS, Viviane; MACHADO, Melissa. *Precarização do trabalho: o caso dos professores substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Anais do V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HELOANI, Roberto. *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado*. São Paulo: Atlas, 2011.

InformANDES. Brasília: ANDES-SN, março de 2012, nº 8.

15LACAZ, Francisco Antonio de Castro. *Capitalismo organizacional e trabalho – a saúde do docente*. Revista Universidade e Sociedade. Brasília, nº 45, jan 2010, p. 51-59.

MARX, Karl. *Divisão do Trabalho e manufatura*. In História. FERNANDES, Florestan (Org.). São Paulo: Ática, 1983, p. 386-422.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Burgueses e proletários*. In História. FERNANDES, Florestan (org.) São Paulo: Ática, 1983, p. 365- 375.

REVISTA CONTEÚDO. Brasília: Contee, maio de 2012, ano IV, nº 14 e 16.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado democrático*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e Exploração do trabalho na América latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVEIRA, Polyana Imolesi. *A precarização do trabalho docente e a subordinação da educação ao mercado: um estudo sobre as relações de trabalho no ensino superior no período de 1994 a 2004*. UFU. <http://www.faced.ufu.br>, acesso em 26.06.2012.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida-SP: Santuário, 2009.